

Por que não fecham a Feira do Paraguai?

Mesmo vivendo na ilegalidade, sem pagar impostos e vendendo contrabando à luz do dia, os feirantes resistem. Qual o segredo?

A maior feira de muamba do país parece intimidar as autoridades. Está há um ano e meio no estacionamento do estádio Mané Garrincha e desfruta de liberdade quase total para movimentar mensalmente R\$ 50 milhões em contrabando.

Todo mundo sabe que a feira é ilegal, mas ninguém se atreve a acabar com ela. O Governo do Distrito Federal, a quem cabe zelar pela ocupação do espaço urbano da cidade, alega que fechá-la aumentaria o desemprego na capital. A Receita Federal, responsável pelo combate ao contrabando, afirma que fiscalizar as barracas de perto poderia gerar conflitos. A Procuradoria da República, que tem a função constitucional de garantir o cumprimento das leis, diz que não quer parecer rigoroso demais. E a farra da muamba continua.

O maior defensor dos ambulantes é o administrador de Brasília, Walter Nei Valente, o Peninha. Em maio do ano passado, foi ele quem transferiu a feira da parte superior do estacionamento do estádio para a área atual. Deu autorização para o comércio de 1.264 barracas e transformou-se em uma espécie de padrinho dos ambulantes.

Caso decida disputar algum cargo político nas eleições de 1998, Peninha poderá contar com um reduto de pelo menos sete mil eleitores — número dos que realizam algum tipo de trabalho na feira, incluindo os guardadores de carro.

LEGALIZAÇÃO

“O potencial político da feira é muito grande. E meus parentes votam em quem eu disser”, garante um dos membros da Cooperativa dos Trabalhadores em Comércio Ambulante (Cotrac), que prefere não se identificar. A entidade disputa com a Associação dos Feirantes da Feira do Paraguai (Asfep) a prerrogativa de representar os feirantes, que querem legalizar o seu negócio.

Esta semana, a Cotrac receberá orientação do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre a melhor maneira de legalizar a importação. A cooperativa enviará proposta arquitetônica para o novo local da feira, que talvez seja transferida para o Autódromo Nelson Piquet. A idéia tem o apoio incondicional de Peninha.

Certos de que essa é uma batalha em que a realidade superou a lei, vários juristas entendem que o melhor é legalizar o trabalho dos comerciantes, por meio de uma central de compras que possibilite o recolhimento dos impostos.

Eles vêem o fim da feira como uma ameaça social. “A existência dessa feira é um absurdo”, argumenta, por exemplo, o advogado e ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho. “Mas é melhor um camelô que um assaltante. Acabar com a feira seria uma catástrofe social. É melhor legalizá-la”, avalia.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil José Wellington Medeiros concorda. “Pior seria fazer vista grossa ao contrabando”, diz ele. Também é esta a opinião do procurador da República Franklin Rodrigues da Costa: “O essencial é legalizar o comércio feito pelos ambulantes.”

DESEMPREGO

O maior argumento do Governo do Distrito Federal contra o fim da feira é o alto índice de desemprego, que atinge perto de um quinto da população em condições de trabalhar, a chamada PEA (população economicamente ativa).

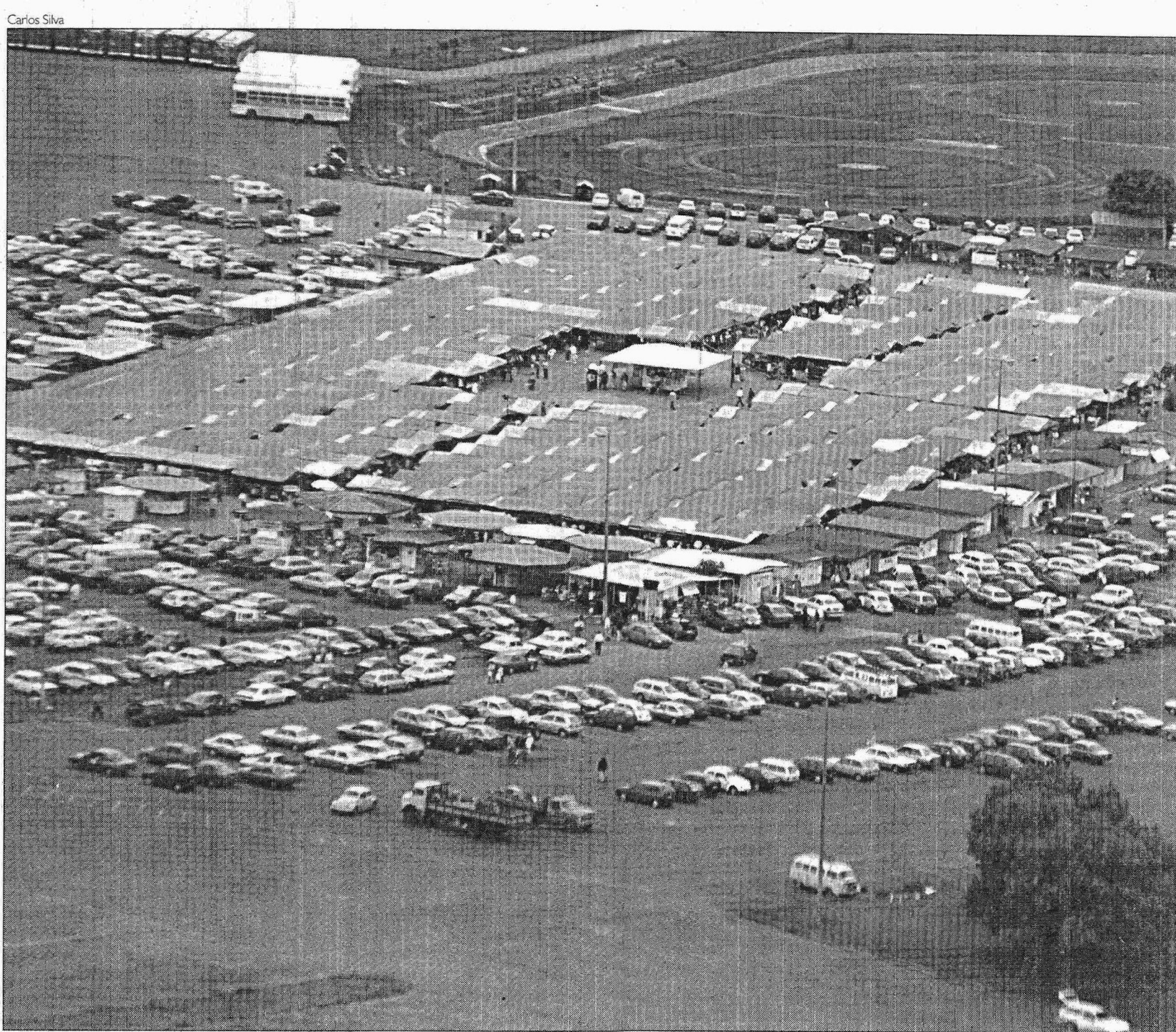
A Receita Federal tem autoridade para acabar com a Feira do Paraguai quando quiser. Mas evita entrar em conflito direto com os barraqueiros.

Realmente, os ambulantes são capazes de defender ferozmente seu território. Em dezembro do ano passado, por exemplo, eles resistiram a pedradas quando policiais militares tentavam apreender calças jeans falsificadas de grifes famosas, com ordem da Justiça.

Enquanto a Receita hesita em acabar com a farra da muamba, os barraqueiros desfrutam de um paraíso fiscal ao lado do Palácio do Buriti e a cerca de 2 km do Palácio do Planalto. Para trabalhar na feira, eles pagam apenas R\$ 20 — R\$ 5 de taxa de manutenção para o Governo do Distrito Federal e R\$ 15 de condomínio da própria feira.

Os feirantes conseguem vender até 75% mais barato que as lojas comuns. Os consumidores agradecem. Os preços mais baixos só são possíveis porque os comerciantes da feira não pagam o Imposto de Importação (II), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto de Renda (IR). Não pagam também as contribuições sociais (Previdência e Fundo de Garantia) aos seus funcionários.

Na primeira semana de agosto, a Procuradoria da República abriu uma investigação para responsabilizar o Governo do Distrito Federal pela existência da feira, mas, até hoje, não levou o assunto à Justiça. Na semana passada, ainda estendeu o prazo de permanência da feira até o dia 31 de dezembro, a pedido do governo.



Instalada no centro da cidade em um dos estacionamentos do Estádio Mané Garrincha, a Feira do Paraguai reúne em 1.264 barracas um eleitorado de peso

MEMÓRIA

Cinco anos funcionando

Tudo começou em meados da década de 80. Naquela época, a muamba já estava à disposição da população do Distrito Federal em barracas espalhadas por vários pontos da capital.

Em 1992, os vendedores resolveram se reunir. Escolheram as quadras 503/504 Sul. Dois anos depois, mudaram-se para o estacionamento do Estádio Mané Garrincha, perto dos portões.

Em maio do ano passado, o administrador de Brasília, Walter Nei Valente, o Peninha, transferiu a feira para o local atual, na parte inferior do estacionamento do estádio. Deu autorização para o cadastramento de 1.264 feirantes e padronizou as barracas.

Hoje, a Feira do Paraguai é o tormento dos empresários. A cada mês, movimentam R\$ 50 milhões em muamba e fatura mais que um shopping center, segundo os cálculos do Sindicato dos Varejistas.

O ENREDO E SEUS ATORES

GOVERNO

O Governo do Distrito Federal alega que acabar com a Feira do Paraguai aumentaria o número de desempregados, que já chegou a 134,7 mil pessoas, ou 19% da População Economicamente Ativa de Brasília.

No entanto, pode haver outra razão: o grande potencial eleitoral da área, onde trabalham 7 mil pessoas, e temor de enfrentar a teia de interesses representada por um negócio que movimenta R\$ 50 milhões por mês.

RECEITA FEDERAL

A Receita alega que não quer criar conflitos com os ambulantes. Por isso, fiscaliza apenas estradas e empresas de turismo que organizam viagens ao Paraguai. Não se atreve a entrar na feira.

O órgão lavou as mãos e entregou o problema para a Procuradoria da República resolver. Foi ele que elaborou o dossiê sobre a Feira do Paraguai. No momento, limita-se a fazer fiscalizações longe do território dos feirantes.

PROCURADORIA

Desde agosto, a Procuradoria da República ameaça acabar com a Feira do Paraguai. Tem até um dossiê com 60 páginas, incriminando feirantes e governo, que serviria de base para apresentar uma denúncia até agora apresentada à Justiça. Os procuradores dizem que não querem parecer ri-

gorosos demais.

Agir com rigor poderia significar um choque direto com o Governo do Distrito Federal. Caso resolvesse ajuizar a ação, responsabilizando o GDF pela existência da feira, Peninha perderia os seus direitos políticos.

COMERCIANTE

Os maiores prejudicados pela concorrência com os feirantes que tomaram conta do estacionamento do Mané Garrincha, os comerciantes legalmente estabelecidos não se cansam de reclamar da convivência do governo local em relação aos barraqueiros.

Na verdade, eles também poderiam propor uma ação que obrigaria a Justiça a se posicionar contra a manutenção da feira, que é ilegal. Preferem não fazer isso para não enfrentarem os feirantes.